

Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS
Teutônia - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS
CNPJ/MF nº 87.853.206/0001-42

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	776.444	709.714	CIRCULANTE	328.813	266.380
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	10.815	12.244	DEPÓSITOS (NOTA 11)	170.458	126.212
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	441.910	399.937	Depósitos à Vista	106.049	89.613
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2	2	Depósitos Interfinanceiros	795	-
Correspondentes no país	146	310	Depósitos a Prazo	63.614	36.599
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	441.762	399.625	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	111.075	102.113
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	292.466	273.593	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	6	3
Operações de Crédito	308.680	286.507	Repases Interfinanceiros (NOTA 12)	111.069	102.110
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(16.214)	(12.914)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.839	2.221
OUTROS CRÉDITOS	23.967	18.432	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.839	2.221
Créditos por Avais e Fianças Honradas	333	252	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	7.634	7.656
Rendas a Receber	1.584	1.640	Empréstimos País - Outras Instituições	7.634	7.656
Créditos Específicos	135	122	OUTRAS OBRIGAÇÕES	36.807	28.178
Diversos (NOTA 07)	22.495	16.757	Cobrança e Arrecadação de Tributos	104	51
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(580)	(339)	Sociais e Estatutárias	3.831	2.806
OUTROS VALORES E BENS	7.286	5.508	Fiscais e Previdenciárias	1.469	1.363
Outros Valores e Bens	7.383	5.516	Diversas (NOTA 14)	31.403	23.958
(Provisão para desvalorização)	(149)	(51)			
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	52	43			
NÃO CIRCULANTE	172.518	139.028	NÃO CIRCULANTE	436.976	431.909
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	172.518	139.028	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	436.976	431.909
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	9.518	1.405	DEPÓSITOS (NOTA 11)	430.303	426.585
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.518	1.405	Depósitos a Prazo	430.303	426.585
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	109.552	84.222	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	6.673	5.324
Operações de Crédito	122.957	95.000	Repases Interfinanceiros	6.673	5.324
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(13.405)	(10.778)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	212	1			
Diversos	216	1			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(4)	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	23.183	23.183	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	183.173	150.453
Outros Investimentos	23.183	23.183	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	84.794	73.407
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	24.603	25.075	De Domiciliados no País	84.992	73.556
Imóveis de Uso	19.952	19.944	(Capital a Realizar)	(198)	(149)
Outras Imobilizações de Uso	14.673	13.528	RESERVAS DE SOBRAS	91.757	72.250
(Depreciação acumulada)	(10.022)	(8.397)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	6.622	4.796
INTANGÍVEL (NOTA 10)	5.450	5.142			
Outros Ativos Intangíveis	10.450	8.849			
(Amortização acumulada)	(5.000)	(3.707)			
TOTAL DO ATIVO	948.962	848.742	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	948.962	848.742

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS
CNPJ/MF nº 87.853.206/0001-42

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	44.606	-	44.606	89.993	-	89.993	85.011	1	85.012
Operações de Crédito	44.284	-	44.284	89.554	-	89.554	84.928	1	84.929
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	322	-	322	438	-	438	83	-	83
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	1	-	1	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(27.474)	(390)	(27.864)	(58.904)	(708)	(59.612)	(71.645)	(597)	(72.242)
Operações de Captação no Mercado	(17.014)	(42)	(17.056)	(39.740)	(74)	(39.814)	(49.997)	(54)	(50.051)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.364)	(348)	(3.712)	(6.951)	(634)	(7.585)	(7.817)	(543)	(8.360)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.096)	-	(7.096)	(12.213)	-	(12.213)	(13.831)	-	(13.831)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.132	(390)	16.742	31.089	(708)	30.381	13.366	(596)	12.770
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.104)	3.480	(1.624)	(2.911)	6.550	3.639	5.739	6.202	11.941
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.958	7.084	12.042	9.640	13.212	22.852	8.194	10.499	18.693
Rendas de Tarifas Bancárias	3.166	-	3.166	5.771	-	5.771	4.900	-	4.900
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(15.043)	(1.568)	(16.611)	(30.079)	(2.778)	(32.857)	(26.460)	(1.854)	(28.314)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(9.256)	(1.400)	(10.656)	(18.416)	(2.578)	(20.994)	(16.352)	(2.003)	(18.355)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(55)	(329)	(384)	(109)	(615)	(724)	(131)	(492)	(623)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	19.862	270	20.132	46.288	279	46.567	53.797	665	54.462
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(8.736)	(577)	(9.313)	(16.006)	(970)	(16.976)	(18.209)	(613)	(18.822)
RESULTADO OPERACIONAL	12.028	3.090	15.118	28.178	5.842	34.020	19.105	5.606	24.711
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(50)	1	(49)	(400)	31	(369)	(228)	13	(215)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.978	3.091	15.069	27.778	5.873	33.651	18.877	5.619	24.496
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.161	1.161	-	-	-	-	(177)	(177)
Provisão para Imposto de Renda	-	681	681	-	-	-	-	(97)	(97)
Provisão para Contribuição Social	-	480	480	-	-	-	-	(80)	(80)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	11.978	4.252	16.230	27.778	5.873	33.651	18.877	5.442	24.319
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	5.873	(5.873)	-	5.442	(5.442)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	11.978	4.252	16.230	33.651	-	33.651	24.319	-	24.319
DESTINAÇÕES	-	-	-	(27.029)	-	(27.029)	(19.523)	-	(19.523)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(6.197)	-	(6.197)	(4.723)	-	(4.723)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.325)	-	(1.325)	(959)	-	(959)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(18.542)	-	(18.542)	(13.429)	-	(13.429)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(965)	-	(965)	(412)	-	(412)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	6.622	-	6.622	4.796	-	4.796

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS
CNPJ/MF nº 87.853.206/0001-42

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	63.669	58.409	4.036	126.114
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.994	-	(3.994)	-
Outras destinações	-	-	(42)	(42)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.606	-	-	3.606
Baixas de capital	(2.517)	-	-	(2.517)
Resultado do período	-	-	24.319	24.319
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(959)	(959)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.429	(13.429)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.655	-	(4.723)	(68)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	412	(412)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	73.407	72.250	4.796	150.453
Mutações do Período	9.738	13.841	760	24.339
Saldos no início do período em 01/01/2017	73.407	72.250	4.796	150.453
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	4.760	-	(4.760)	-
Outras destinações	-	-	(36)	(36)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.182	-	-	4.182
Baixas de capital	(3.642)	-	-	(3.642)
Resultado do período	-	-	33.651	33.651
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.325)	(1.325)
Reserva Legal - Estatutária	-	18.542	(18.542)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.087	-	(6.197)	(110)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	965	(965)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	84.794	91.757	6.622	183.173
Mutações do Período	11.387	19.507	1.826	32.720
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)	78.513	72.250	17.421	168.184
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.206	-	-	2.206
Baixas de capital	(2.012)	-	-	(2.012)
Resultado do período	-	-	16.230	16.230
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.325)	(1.325)
Reserva Legal - Estatutária	-	18.542	(18.542)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.087	-	(6.197)	(110)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	965	(965)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	84.794	91.757	6.622	183.173
Mutações do Período	6.281	19.507	(10.799)	14.989

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS
CNPJ/MF nº 87.853.206/0001-42

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO EXERCÍCIO	22.284	42.783	28.797
Resultado do exercício	16.230	33.651	24.319
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.054	9.132	4.478
Provisão para operações de crédito	5.277	5.927	2.046
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	45	98	45
Provisão para desvalorização de outros créditos	214	245	78
Depreciação do imobilizado de uso	1.094	2.129	2.001
Amortização do intangível	641	1.292	780
Baixas do ativo permanente	13	13	244
Provisão para passivos contingentes	309	433	87
Destinações ao FATES	(1.325)	(1.325)	(959)
Dividendos SicrediPar	(214)	320	156
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(1.732)	802	65.241
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.322)	(8.113)	(1.403)
Redução em relações interfinanceiras ativas	6.153	-	58
Redução em créditos vinculados	26	-	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	85	163	(87)
(Aumento) em operações de crédito	(43.011)	(50.130)	(22.052)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	9.027	10.312	3.706
(Aumento) em outros créditos	(3.297)	(6.310)	(3.467)
(Aumento) em outros valores e bens	(1.320)	(1.876)	(2.074)
Aumento em depósitos	23.197	47.965	84.157
Aumento em relações interdependências passivas	2.222	617	271
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(471)	(22)	(887)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(959)	(807)
Aumento em outras obrigações	7.979	9.155	7.826
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	20.552	43.585	94.038
Aquisição de Investimentos	-	-	(3.847)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(802)	(1.670)	(2.414)
Aplicações no Intangível	(939)	(1.601)	(1.475)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.741)	(3.271)	(7.736)
Integralização de capital	2.206	4.182	3.606
Baixa de capital	(2.012)	(3.642)	(2.517)
Juros ao capital próprio	(110)	(110)	(68)
Distribuição de Sobras	-	(36)	(42)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	84	394	979
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	18.895	40.708	87.281
Caixa e equivalente de caixa no início do período	433.682	411.869	324.588
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	452.577	452.577	411.869

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 20/08/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação gerencial da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(72.508)	266	72.242
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.097)	266	(13.831)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	12.207	(266)	11.941
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(18.596)	241	(18.355)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(18.315)	(507)	(18.822)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	10.815	12.244
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	441.762	399.625
Total	452.577	411.869

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.518	1.405
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	9.518	1.405
Total realizável a longo prazo	9.518	1.405

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	178.024	99.602	277.626	240.870
Financiamentos	32.091	16.208	48.299	31.465
Financiamentos rurais e agroindustriais	98.565	7.147	105.712	109.172
Carteira total	308.680	122.957	431.637	381.507

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	333	-	333	252
Devedores por compra de valores e bens	166	214	380	-
Títulos e créditos a receber (i)	17.602	2	17.604	12.810
Total	18.101	216	18.317	13.062

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	2	-	-	-
Nível A	0,50	121.062	167.161	605	836
Nível B	1,00	149.230	85.020	1.492	850
Nível C	3,00	90.374	80.994	2.711	2.430
Nível D	10,00	60.906	35.851	6.091	3.585
Nível E	30,00	8.600	8.179	2.580	2.454
Nível F	50,00	4.996	5.288	2.498	2.644
Nível G	70,00	2.487	3.219	1.741	2.253
Nível H	100,00	12.297	8.857	12.297	8.857
Total (i)		449.954	394.569	30.015	23.909

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 188 (2016 - R\$ 122).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				Total da Carteira	2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.785	45.986	65.558	64.378	179.707	135.317
Rural	234	12.314	86.017	7.147	105.712	109.172
Industrial	533	6.146	8.596	9.424	24.699	21.334
Comércio	910	21.745	28.781	17.395	68.831	56.027
Outros Serviços	1.997	15.264	28.915	24.829	71.005	72.719
Total	7.459	101.455	217.867	123.173	449.954	394.569

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	74.415	16,54	58.096	14,72
50 devedores seguintes	63.879	14,20	59.290	15,03
100 devedores seguintes	50.250	11,17	45.182	11,45
Demais	261.410	58,10	232.001	58,80
Total	449.954	100	394.569	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	24.031	21.907
Constituição de provisão	12.213	13.831
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.041)	(11.707)
Saldo final	30.203	24.031

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.110 (2016 - R\$ 2.156), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 23.389 (2016 - R\$ 7.034).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	139	115
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.462	2.648
Devedores por compra de valores e bens	166	-
Devedores por depósitos em garantia	335	-
Impostos e contribuições a compensar	715	426
Títulos e créditos a receber	17.602	12.809
Valores honrados	174	132
Operações com cartões	47	72
Pendências a regularizar	81	18
Outros	774	537
Total Circulante	22.495	16.757

Devedores por compra de valores e bens	214	-
Títulos e créditos a receber	2	1
Total realizável a longo prazo	216	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	7.377	5.504
Imóveis	6.750	4.404
Veículos e afins	312	561
Bens em regime especial	315	539
Material em estoque	6	12
Despesas antecipadas	52	43
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(149)	(51)
Total Circulante	7.286	5.508

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 149 (2016 - R\$ 51) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	11.358	11.358
Sicredi Participações S.A.	11.824	11.824
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	23.183	23.183

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	3.834.725 ON	3.834.725 ON	1	1	11.358.166	11.358.166
	7.989.004 PN	7.989.004 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,35%	1,36%	0,61%	0,63%	3,24%	3,24%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	11.824	11.824	1	1	11.358	11.358

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	34.625	(10.022)	24.603	25.075
Imobilizações em curso	-	94	-	94	760
Terrenos	-	1.946	-	1.946	1.946
Edificações	4%	18.006	(2.685)	15.321	16.034
Instalações	10%	3.327	(1.354)	1.973	1.495
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.766	(2.491)	3.275	2.965
Sistema de comunicação	10%	262	(161)	101	101
Sistema de processamento de dados	20%	4.156	(2.735)	1.421	1.324
Sistema de segurança	10%	282	(81)	201	149
Sistema de transporte	20%	786	(515)	271	301
Intangível (i)		10.450	(5.000)	5.450	5.142
Investimentos Confederação		10.450	(5.000)	5.450	5.142
Total		45.075	(15.022)	30.053	30.217

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	106.049	-	-	106.049	89.613
Depósitos Interfinanceiros	108	687	-	795	-
Depósitos a prazo	20.962	42.652	430.303	493.917	463.184
Total	127.119	43.339	430.303	600.761	552.797

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	110.844	101.554
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	110.844	101.554
Outros Recursos	225	556
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	225	556
Total circulante	111.069	102.110
Recursos do Crédito Rural	6.673	5.115
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	6.673	5.115
Outros Recursos	-	209
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	209
Total exigível a longo prazo	6.673	5.324

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 20/11/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	7.634	7.656
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	7.634	7.656
Total circulante	7.634	7.656

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	180	155
Obrigações por convênios oficiais	7	4
Provisão para pagamentos a efetuar	6.671	5.375
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	839	406
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	4.107	3.244
Pendências a regularizar	42	346
Operações com cartões	17.208	12.228
Demais fornecedores	713	809
Credores diversos	1.636	1.391
Total circulante	31.403	23.958

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	328	477	-	805
Cível	78	27	(71)	34
Total	406	504	(71)	839

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	805	328
Cível	Provável	34	78
Total		839	406

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 70; R\$ 109; R\$ 191 (2016 - R\$ 0, R\$ 78 e R\$ 0), respectivamente.

Adicionalmente, a Cooperativa possui em andamento o processo administrativo nº 38810697, versando sobre matéria tributária em que discute a ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação tramitando junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 191, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	84.794	73.407
Total de associados	66.957	65.041

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 11.387 (2016 – R\$ 9.738), sendo R\$ 10.847 (2016 – R\$ 8.649) via integralização de resultados e R\$ 4.182 (2016 – R\$ 3.606), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.642 (2016 – R\$ 2.517).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8% em Conta Capital, no montante de R\$ 6.197, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Branco - Sicredi Ouro Branco RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	33.651	24.496
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(14.133)	(10.288)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	-	3
Provisão resgate de milhas cartão	45	9
Provisão PPR	60	14
Receita com atos cooperativos	11.667	7.928
Juros sobre capital próprio	2.603	1.984
Outros	(242)	173
Subtotal	14.133	10.111
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(177)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	9.518	1.405
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	441.762	399.625
Outros Créditos - Rendas a receber	1.298	1.048
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.478	2.655
Investimentos (Nota 09)	23.183	23.183
Intangível (Nota 10)	5.450	5.142
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	795	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	117.742	107.434
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	7.634	7.656
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	17.226	12.073
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	438	83
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	8.967	7.193
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	41.801	49.064
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	35	11
Operações de Empréstimos e Repasses	7.585	8.360
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	1.019	887
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	9.745	8.197

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	243	0,23%	273
Depósitos a prazo	8.174	1,65%	6.510
Operações de crédito	3.917	0,91%	3.601

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.757	2.487

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 Reapresentado
Despesa de água, energia e gás	575	585
Despesa de aluguéis	2.081	1.834
Despesa de comunicação	1.074	999
Despesa de manutenção e conservação	1.569	1.384
Despesa de material	405	405
Despesa processamento dados	424	325
Despesa de promoções e relações públicas	1.477	1.448
Despesa de propaganda e publicidade	173	177
Despesa de seguro	138	164
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.792	2.285
Despesa de serviços de terceiros	804	702
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.648	1.518
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.187	948
Despesa de serviços de transportes	1.260	915
Despesa de viagem	250	88
Outras despesas administrativas	5.137	4.578
Total	20.994	18.355

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.590	1.709
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	40.781	47.252
Reversão de provisões operacionais	2.876	3.907
Outras rendas operacionais	1.320	1.594
Total	46.567	54.462

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 Reapresentado
Descontos concedidos em renegociação e crédito	940	4.038
Contribuição O.C.E.	109	93
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	340	324
Contribuição Confederação Sicredi	6.578	5.165
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	731	718
Encargos da administração financeira	230	266
Repasse administradora de Cartões	713	721
Depreciação e amortização	1.292	788
Outras provisões operacionais	3.897	4.633
Outras despesas operacionais	2.146	2.076
Total	16.976	18.822

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	166.736	153.603
Coobrigações em cessões de crédito	2	-
Total	166.738	153.603

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	179.413	148.102
Nível I (NI)	179.413	148.102
Capital principal - CP	179.413	148.102
Capital social	84.794	73.406
Reservas de capital	91.757	72.250
Lucros acumulados	6.622	4.796
Ajustes Prudenciais	(3.760)	(2.350)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	717.721	632.755
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	323	292
Margem de Capital (i)	103.729	85.325
Índice de Basileia (PR / RWA)	25,00%	23,41%
Situação de Imobilização (Imob)	26.294	27.867
Índice de Imobilização (Imob / PR)	14,66%	18,82%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Neori Ernani Abel
Diretor Executivo
CPF: 472.517.860-87

Diogo Luiz Aschebrock
Diretor de Operações
CPF: 000.332.060-07

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20